



Ginásio de escola em Teresópolis, no Rio de Janeiro, serve de abrigo emergencial para milhares de desabrigados: recursos liberados pelo governo devem chegar a eles

Sarney quer reunir Comissão Representativa no dia 20

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem que pretende convocar para a próxima quinta-feira, dia 20, a Comissão Representativa do Congresso Nacional para discutir medidas emergenciais a fim de amenizar os efeitos da tragédia provocada pelas fortes chuvas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Em nota oficial divulgada ontem em solidariedade às vítimas, Sarney determina o “urgente exame”, por parte do Congresso, da Medida Provisória (MP 522/11) que destinou R\$ 780 milhões para amenizar as dificuldades humanas e materiais nas áreas afetadas pelas enchentes na região serrana do Rio de Janeiro e São Paulo.

O presidente do Senado afirma também na nota atender a requerimento da senadora Marina Silva (PV-AC) “para que se abra no Senado ampla discussão sobre como apoiar os governos Federal, estaduais e municipais em programas e ações de prevenção de inundações e outros efeitos danosos resultantes da mudança climática”.

Publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, a MP destina R\$ 700 milhões para o Ministério da Integração Nacional, sendo R\$ 600 milhões para ações de defesa civil e R\$ 100 milhões para apoio a obras preventivas de desastres. Para o Ministério dos Transportes, foram fixados R\$ 80 milhões, a serem aplicados em obras emergenciais em rodovias federais danificadas pelas chuvas intensas.

Para a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a tragédia exige “a disponibilização de cestas básicas, agasalhos e abrigos para as pessoas atingidas”.

Senadores defendem medidas contra tragédia

Representantes de estados atingidos pela devastação querem evitar, por exemplo, construções em áreas de risco; Sarney propõe reunião da Comissão Representativa

SENADORES DE ESTADOS atingidos pelas fortes chuvas dos últimos dias lamentaram a tragédia vivida por moradores das regiões Sudeste e Sul do país. Marcelo Crivella (PRB-RJ) sobrevoou, em companhia da presidente da República, Dilma Rousseff, áreas arrasadas pelas chuvas na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

– Trata-se de uma tragédia da qual não tínhamos a dimensão.

É uma dor sem tamanho. Só não é maior que a solidariedade do povo fluminense, que está arregaçando as mangas, limpando suas calçadas, cuidando de seus mortos – comentou o senador.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que pretende reunir na próxima semana a Comissão Representativa do Congresso (veja ao lado).

Até o início da noite de ontem, o corpo de bombeiros e as

prefeituras da região serrana haviam registrado 470 mortes.

O senador eleito Lindberg Farias (PT-RJ) também esteve em Nova Friburgo, avaliando a situação ao lado de Dilma e do governador Sérgio Cabral, de ministros e secretários.

Eduardo Suplicy (PT-SP), senador pelo segundo estado mais atingido pelas enchentes, acredita que há uma responsabilidade comum de todos os

poderes públicos na catástrofe que se vê no país neste início de 2011, uma vez que todos vinham sendo avisados sobre os perigos das chuvas de verão cada vez mais devastadoras.

– Precisamos aumentar o conhecimento da população e do poder público para evitar construções em áreas de risco e o acúmulo de lixo que prejudica o fluxo das águas – disse Suplicy.

Concurso esgota edição do Regimento Interno 2

Vetado 13º salário para “soldados da borracha” 2

Cristovam quer retomar ideia de CPI da Educação 2

Tragédia no Haiti sensibilizou o Senado para aprovar projetos de reconstrução

A última quarta-feira assinalou um ano da ocorrência do terremoto de 7 graus de magnitude que devastou o Haiti em janeiro de 2010. A tragédia, que deixou 1,5 milhão de desabrigados e provocou a morte de 250 mil pessoas, também sensibilizou o Senado, que mobilizou esforços para aprovação de propostas do Executivo visando à reconstrução do país.

A despeito da mobilização internacional, o Haiti continua em ruínas um ano após o terremoto, que também vitimou, entre outros brasileiros, a mé-

dica e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns.

O Executivo editou, à época, a Medida Provisória (MP) 480/10, que liberava R\$ 1,374 bilhão em recursos extraordinários para atender as vítimas do terremoto no Haiti. Em agosto, o Senado aprovou a MP 486/10, que previa recursos para aplicação no preparo de equipes militares brasileiras enviadas ao país da América Central. O governo brasileiro também concederia apoio financeiro para repasse a instituições internacionais de caráter humanitário.

Marcello Casal Jr./ABr



Um ano após o terremoto que arrasou o Haiti, o Exército brasileiro homenageou os 18 militares que morreram na tragédia



J. Freitas/Senado Federal

CPI chegou a ser criada em 2008, lembra Cristovam, mas senadores da base retiraram assinaturas por solicitação do ministro Haddad

Cristovam diz que vai pedir novamente CPI da Educação

Senador explica que objetivo da comissão, a ser proposta em fevereiro, é apurar as causas que impedem avanço da educação no ritmo exigido pela sociedade

O SENADOR CRISTOVAM Burque (PDT-DF) pretende re apresentar requerimento para criar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Educação tão logo o Senado retorne às atividades, em fevereiro. A intenção, informou, é apurar as causas que impedem o avanço da qualidade da educação no ritmo exigido pela sociedade brasileira.

Em entrevista à Agência Senado, ele disse que já havia conseguido as assinaturas necessárias. Lembrou que em 2008 a CPI foi criada pela Mesa diretora, mas, por solicitação do ministro da Educação, Fernando Haddad, os senado-

res da base aliada retiraram suas assinaturas do requerimento e a comissão acabou arquivada.

– Na mesma noite [em que foi instalada], o ministro pediu aos senadores a retirada das assinaturas e a CPI foi assinada – disse Cristovam.

Ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam disse esperar que o ministro Haddad entenda que a CPI não é contra o governo. Na avaliação do senador, é necessário fazer uma retrospectiva dos 500 anos em que a educação ficou “relegada” no Brasil.

Para Cristovam, a melhoria

na área educacional que tem acontecido no país está muito aquém das necessidades, uma vez que a cada dia é exigida mais qualificação do profissional. Ele observou que o crescimento econômico de um país atualmente acontece por meio do desenvolvimento tecnológico, o que requer investimento nas escolas.

– [O sistema educacional] mudou muito pouco. Estamos avançando e, ao mesmo tempo, ficando para trás. Isso acontece porque os outros países avançam mais do que o Brasil e porque as exigências hoje são maiores – argumentou o senador.

Expectativa de concurso esgota edição do regimento

A expectativa de um novo concurso fez com que se esgotassem os exemplares do Regimento Interno do Senado publicados pela Subsecretaria de Edições Técnicas da Casa. A diretora da subsecretaria, Anna Maria Rodrigues, informou que foram vendidos mais de 1,4 mil exemplares no ano passado. Uma nova edição, atualizada, deverá ser publicada até o final de janeiro, quando tomam posse os senadores eleitos em outubro.

Ainda não há confirmação oficial sobre a realização do concurso neste ano. Em novembro, a Mesa diretora do Senado autorizou o concurso para 180 vagas de nível médio e superior. Mas, apesar da expectativa de que os exames sejam aplicados no segundo semestre, o 1º secretário da Mesa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que “o concurso não será realizado necessariamente em 2011”.

Ele declarou que “cabe à próxima gestão – que assume em fevereiro – definir a data e as áreas para as quais haverá vagas”, além de escolher a instituição que organizará as provas.

Apesar de esgotados, os exemplares do Regimento Interno (vendidos por R\$ 10) não representam a publicação mais vendida pela Subsecretaria de Edições Técnicas do

Senado. A Constituição é o item mais procurado.

Segundo Anna Maria Rodrigues, foram vendidos quase 13 mil exemplares da Constituição no ano passado. Há três versões da publicação: a mais barata custa R\$ 1 e tem formato tabloide; outra custa R\$ 5; e ainda há uma versão de R\$ 10, que, além de apresentar índices por assunto e por entidades, traz as emendas constitucionais tanto no texto da Constituição como em separado.

Os livros disponíveis na Subsecretaria de Edições Técnicas não se restringem à legislação brasileira. Um dos principais destaques entre essas publicações, inclusive no que se refere a vendas, é *História da literatura ocidental*, de Otto Maria Carpeaux. O Conselho Editorial do Senado reeditou essa obra – em quatro volumes – em 2008.

Segundo Anna, o preço cobrado (R\$ 200 pelos quatro volumes, que não são vendidos separadamente) é muito menor que o valor pago por edições anteriores encontradas em sebos. Ela informou que foram vendidas mais de 2,5 mil unidades desde janeiro do ano passado.

Essas publicações estão disponíveis na página da Livraria Virtual do Senado. O contato também é possível pelo telefone (61) 3303-4755.

Vetado 13º salário para “soldados da borracha”

A presidente Dilma Rousseff vetou na terça-feira o projeto de lei da Câmara (PLC 173/10) que concedia a gratificação natalina aos chamados soldados da borracha – pessoas recrutadas, durante a 2ª Guerra Mundial, para trabalhar nos seringais da Amazônia, como parte do esforço de guerra. O benefício seria acrescido à pensão vitalícia de dois salários mínimos garantida a eles, ou aos seus dependentes, pela Lei 7.986/89.

O projeto, apresentado pelo deputado Mauro Nazif (PSB-RO), foi aprovado em deci-

são terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) no último dia 8 de dezembro.

A presidente da República justifica o veto argumentando que, por não indicar fonte de custeio, a ampliação do benefício contraria a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

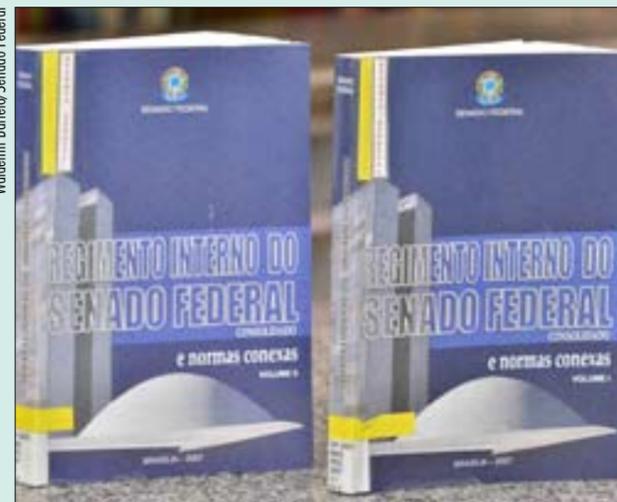
Outro projeto

Tramita na Câmara outro projeto de interesse das pessoas que trabalharam nos seringais da Amazônia na 2ª Guerra. Apresentada pelo então sena-

dor Sibá Machado, a proposta (PLS 238/03) permite que, para receber a pensão vitalícia, os seringueiros comprovem ter exercido a atividade apresentando provas exclusivamente testemunhais. Atualmente, a lei exige que a comprovação seja feita por meio de provas materiais.

A proposta foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em maio de 2010 e depende agora de parecer na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Outra edição atualizada deve ser publicada até o final de janeiro

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920